

Ficha Institucional

Realização:

Prefeitura Municipal de Chapecó
Fundação Cultural de Chapecó – FCC
Museu Antonio Selistre de Campos – MASC

João Rodrigues
Prefeito de Chapecó

Roselaine Barboza Vinhas
Diretora Presidente da Fundação Cultural de Chapecó

Sérgio Paulo Ribeiro
Coordenador Administrativo Pedagógico da Área de Patrimônio Cultural

Equipe Técnica:

Aline Tavares da Silva – Museóloga
Cledir Giroto – Técnico em Museu / Setor de Pesquisa MASC
Cristiane Cecchin – Técnica em Museu / Setor de Pesquisa MHAC
Daniel Dalla Zen – Técnico em Museu / Setor de Comunicação MHAC
Franciele Maziero - Técnica em Museu / Setor de Comunicação MASC
Fernanda Ribeiro Valesan - Estagiária / Setor Museológico

Ficha Técnica

Autoria, coordenação e execução do projeto:

Cledir Giroto (Kaingang)
Franciele Maziero (Guarani)

Diagramação: Cledir Giroto

Colaboração:

Cassiano Mignoni, Cristiane Cecchin, Gustavo Feith

Ficha catalográfica

GIROTO, Cledir; MAZIERO, Franciele. Povos Indígenas do Oeste Catarinense: Trajetória e atualidade. Prefeitura de Chapecó, 2021. Material Didático.

15p.: il.color.:30cm

1.História. 2. Povos Indígenas - Oeste Catarinense 3. Guarani 4. Kaingang

Imagens da Capa: Estudo de Selistre de Campos(MASC); Semana indígena em Chapecó(Diário Catarinense); Escola criada por Selistre de Campos na TI Xapecó(MASC); Demarcação do Toldo Chimbangué(Diário da Manhã)

15ª Primavera dos Museus



ibram
Instituto Brasileiro de Museus

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Apresentação

A primavera é conhecida como a estação do renascimento, da efervescência da vida, do florescimento, do abandono da hibernação, das cores que sucedem o cinza dos dias nublados do inverno.

Inspirado na natureza e de nome homônimo, a **primavera dos museus** é um evento cultural criado em 2007 pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, com a finalidade de, em cada edição, abordar um tema relevante para o ‘florescimento’ da cultura em suas amplas relações, inclusive as museais.

Nesta 15ª edição o tema proposto é “Museus: perdas e recomeços”, mote inspirado nas dificuldades advindas da pandemia da Covid 19 que se abateu sobre o mundo no final de 2019 e permanece ativa nos dias atuais, trazendo como consequências perdas irreparáveis e inimagináveis em todos os setores sociais, inclusive os espaços culturais.

No entanto, é preciso superar, sobrepujar a dor e a perda e recomeçar; e os museus podem e devem ser um lugar de acolhida, de reflexão, de memórias, de salvaguarda de objetos e documentos que fazem parte da história e identidade de seu povo, possibilitando ao historiador contar a história da humanidade em suas múltiplas facetas.

Neste aspecto, a presente cartilha fala de perdas e recomeços. Rememora a trajetória dos povos indígenas do Oeste catarinense, Kaingang e Guaranis, que foram atingidos pela “pandemia” da colonização e do aldeamento, levando-os a quase serem dizimados, invadindo e tomando os seus territórios, até mesmo aqueles reservados por decretos estaduais.

Perder não é o fim. Estes povos indígenas engajam-se na luta da reconquista, acreditando que era possível o recomeço em suas terras de outrora que, parcialmente, lhes retornam as mãos por meio da resistência e da luta pelo direito de serem reconhecidos e instalados.

Simbolo da luta, o velho cacique Clemente Fortes do Nascimento dizia*: “...precisamos da terra... para trabalhar em cima dela, não para morar debaixo dela.” Seu grito foi ouvido, sua luta vitoriosa, sua história fonte de inspiração.

Primavera dos povos, primavera da cultura, primavera dos museus.

Sergio Paulo Ribeiro
Coordenador MASC

*Fernandes, Sebastião A. ARCA, Chapecó-SC



Sumário

- 4** Os Kaingang
- 5** História do Contato e ocupação dos territórios
- 6** Terras Kaingang do Oeste Catarinense
- 7** Terra Indígena Xaçecó
- 7** Terra Indígena Toldo Chimbangue
- 8** Reserva Indígena Aldeia Kondá
- 8** Terra Indígena Toldo Pinhal
- 9** Os Guarani
- 11** Terra Indígena Araçai
- 11** Comunidade Indígena Linha Limeira
- 12** Atividades Educativas
- 14** Museu Antonio Selistre de Campos
- 15** Referências Bibliográficas

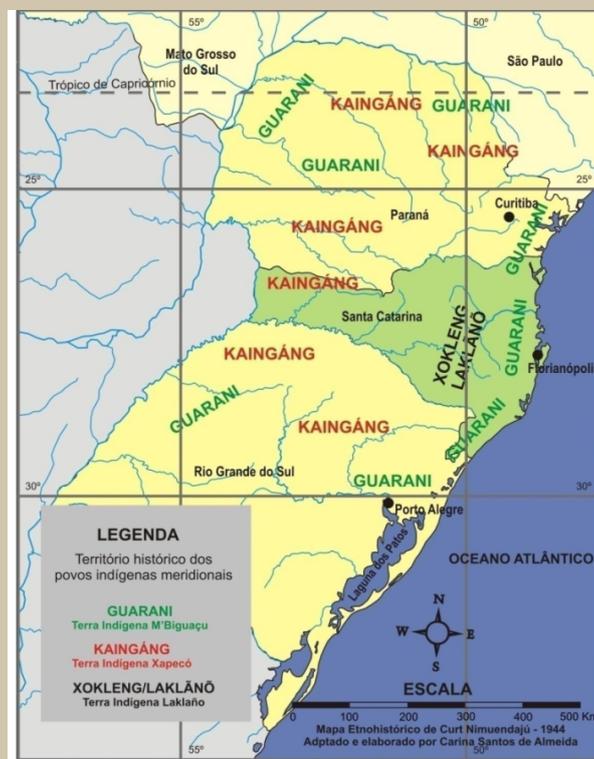
OS KAINGANG

Os Kaingang são um povo indígena pertencente à família linguística Jê, juntamente com outros povos como os Xoklêng, os Kayapó, entre outros situados no território brasileiro.

Segundo Siasi/Sesai(2014) o povo Kaingang é constituído por uma população de mais de 45 mil pessoas presentes nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Em Santa Catarina a população total é composta por mais de 6 mil pessoas, localizados em 5 Terras Indígenas (TIs) e uma Reserva Indígena. (Bringhenti, 2012).

Os Kaingang são descendentes de grupos de agricultores-ceramistas, denominados pelos arqueólogos de Itararé-Taquara, que iniciaram a ocupação no território do atual oeste catarinense há pelo menos 3 mil anos. O grupo Itararé-Taquara se estabeleceu nas regiões do planalto, principalmente em locais com presença da floresta ombrófila mista (Mata de Araucária), assim como nos campos. Os arqueólogos encontram na região muitos vestígios materiais desses grupos como casas subterrâneas que utilizavam como moradias, além de seus vasilhames cerâmicos e de seus cemitérios constituídos por estruturas circulares.(Carbonera e Cecchin, 2019)



Fonte: Mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú - 1994, adaptado e elaborado por Carina Santos de Almeida. (BRINGHENTI, 2012)

Os Kaingang são conhecidos por terem uma visão dualista do Universo, dividido entre metades criadas por “Kamé ou Kairú”, as quais são representadas com pinturas corporais como um “círculo” para os indivíduos pertencentes à metade Kamé e o “traçado” para os pertencentes à metade Kairú. “Neste sentido enquanto o sol é Kame, a lua é Kairu; o pinheiro é Kame, a lua é Kairu; o lagarto é Kamé o macaco é Kairu” (Fernandes, 1998 p.23).

Em Chapecó a população Kaingang é encontrada majoritariamente na TI Toldo Chimbangue e na Reserva Indígena Aldeia Kondá, com uma população aproximada de 1200 pessoas. (Bringhenti, 2012) No entanto, é importante lembrar que existem muitos indígenas que vivem na área urbana do município sem deixar de lado sua identidade e seu pertencimento à cultura Kaingang.

Tronco Linguístico

O tronco linguístico é um conjunto de línguas que têm a mesma origem: uma língua mais antiga, que não é mais falada. Já uma família linguística é um conjunto de línguas que também possuem uma origem comum, mas que apresentam mais semelhanças entre si.

Tronco MACRO-JÊ

Bororo, Krenak, Guaitô, Ji, M'ekrañui, Korôgô, Yaka, Orayé, Bilibatá

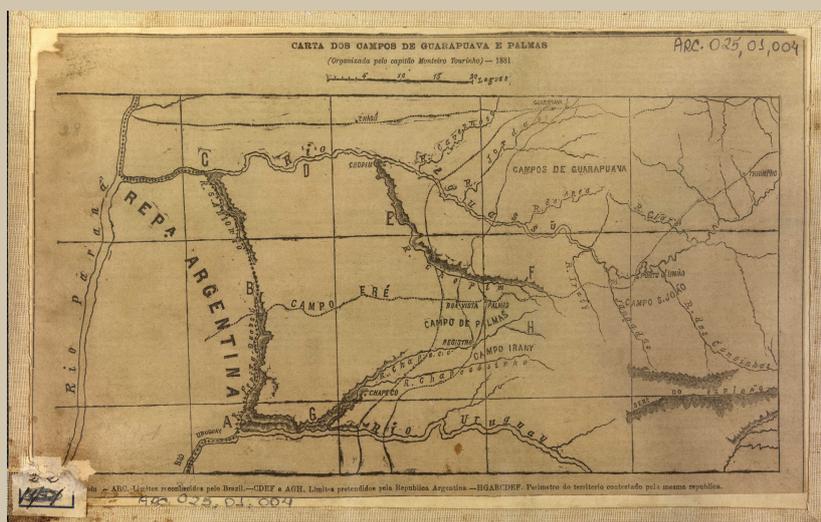
Fonte: Mirim: Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://mirim.org/pt-br/linguas-indigenas/troncos-familias>.



História do Contato e ocupação dos territórios

A conquista do território brasileiro pelos portugueses concentrou-se inicialmente no litoral, fazendo com que os povos indígenas que viviam no interior demorassem para entrar em contato com os colonizadores. No caso dos Kaingang, os primeiros contatos se deram no século XVIII quando o tenente-coronel Afonso Botelho organizou, sem sucesso, onze expedições aos Campos de Guarapuava na tentativa de conquistar os Kaingang. (Nacke et al, 2007)

Os Campos de Guarapuava e os Campos de Palmas, situados em parte nos atuais centro-sul paranaense e oeste catarinense, pertenciam à Província de São Paulo até 1853, quando foi criada a Província do Paraná. A ocupação deste território por fazendeiros iniciou pelos Campos de Guarapuava, como resultado da fuga da família real portuguesa ao Brasil, quando Dom João VI publicou uma Carta Régia em 1808, na qual declarava guerra aos indígenas ocupantes destes campos.



Mapa apresentando os Campos de Guarapuava e Palmas espaço da frente pastoril.1881.

Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/432580>.

Acesso em 28/07/2021

A partir destas expedições, organizadas em 1809, ocorreu a fixação das primeiras fazendas no território Kaingang.

Após a ocupação não indígena dos Campos de Guarapuava, ocorreu a partir de 1839, a ocupação dos Campos de Palmas - situados entre os Rios Iguaçu e Uruguai. Esta era uma região em disputa com a Argentina e interessava ao império brasileiro sua ocupação militar, além de constituir, do ponto de vista econômico, de novas terras para a atividade do pastoreio.

Outro fato que incentivou a ocupação dos Campos de Palmas foi a construção de uma nova rota para desviar os estancieiros dos altos impostos cobrados por Santa Catarina, cujo território nesta época se estendia até os Campos de Lages, com o transporte de gado das missões gaúchas para a feira de Sorocaba em SP que passavam por Lages. Este movimento resultou na construção da Estrada de Palmas, que contou com o auxílio de alguns grupos Kaingang, dentre eles o grupo liderado por Vitorino Condá.

Pesquise com a turma quem foi Vitorino Condá e quais foram as homenagens que ele recebeu na cidade de Chapecó.



OS KAINGANG

A partir do contato com grupos não indígenas, as lideranças Kaingang se dividiram em função de seu posicionamento diante dos colonizadores. Aqueles que de alguma forma aceitavam a nova ocupação se aproximavam da estrada de Palmas e buscavam alianças com estes novos grupos, alguns inclusive foram contratados para auxiliar na defesa das vilas. Já os grupos hostis refugiavam-se nas matas, evitando contatos mais amistosos ou qualquer aproximação voluntária com os colonizadores (Stefanuto, 2017). É importante salientar que os Kaingang se dividiam em diferentes grupos com chefias diversas, e cada grupo mantinha uma postura própria em relação aos colonizadores.

Após a dominação de parte dos grupos Kaingang foram criados os aldeamentos, segundo (Bringuenti, 2012 p. 16) “para instruí-los ao trabalho e convertê-los à fé católica”. O aldeamento era considerado uma forma de transformá-los em não indígenas pela via do branqueamento, através de incentivos a casamentos mistos”.

Ainda segundo o autor, alguns grupos permaneceram livres devido à grande disponibilidade de mata nativa e se fixaram em locais denominados de “toldos” - caso do Toldo Chimbangue e do Toldo Pinhal - permanecendo, porém ignorados pelo Estado com suas terras consideradas devolutas e revendidas posteriormente às empresas colonizadoras quando estas terras passaram à custódia dos estados a partir da Proclamação da República, o que resultou em conflitos pela retomada das mesmas no final do século XX.

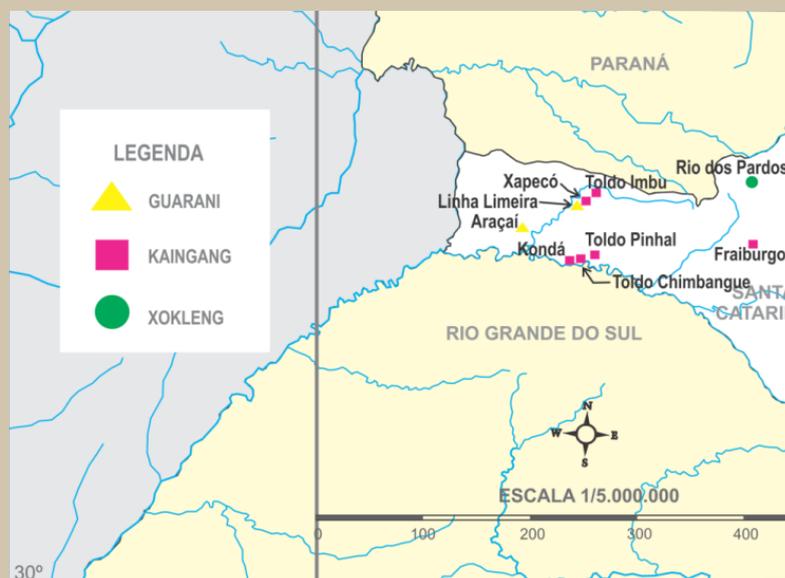
O que são Terras Indígenas (TIs) ?

A Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio de que os indígenas são os primeiros e naturais senhores da terra e no artigo 231 define que as terras indígenas são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”

Fonte: Povos Indígenas do Brasil.

Diante disso, a luta pela retomada das terras no século XX seguiu por diferentes caminhos, já que no período pós-contato esses grupos vivenciaram experiências diversas de acordo com as peculiaridades que cada um enfrentou no contexto geral da colonização.

Terras Kaingang do Oeste Catarinense



Localização aproximada das Terras Indígenas em Santa Catarina. Fonte: Clovis Antonio Bringuenti, 2012. Elaborado por Carina Santos de Almeida.

OS KAINGANG



Terra Indígena Xapecó

A demarcação da Terra Indígena (TI) Xapecó ocorreu através do Decreto n.º 7, de 18 de junho de 1902 expedido pelo Governo do Paraná, que até 1916, administrava o território que hoje compreende a atual região oeste de Santa Catarina, designada após a resolução dos litígios do Contestado ao estado de Santa Catarina. Como forma de “pagamento” pelos trabalhos de alguns grupos Kaingang na abertura e instalação da rede de telégrafo de Palmas até Goyo-En no início da década de 1890, o governo do Paraná concedeu esta terra aos Kaingang.

Apesar de ter sido inicialmente demarcada em cerca de 50 mil hectares, atualmente o território da Terra Indígena Xapecó abrange 15.623 hectares. Ao longo do século XX, os Kaingang viram suas terras sendo espoliadas, exploradas e diminuídas pelo Estado sob interesses de grupos não indígenas vinculados ao capital privado, assim como ao Poder Público. A Terra Indígena Xapecó conta hoje com mais de 5 mil indivíduos, distribuídos em 10 aldeias (IBGE 2010) situadas entre os municípios de Abelardo Luz, Entre Rios e Ipuçu, sendo sua maioria pertencente à etnia Kaingang e uma pequena parcela à etnia Guarani.

Terra Indígena Toldo Chimbangue

A formação do Toldo Chimbangue se configurou no século XIX quando grupos Kaingang se estabeleceram na região devido à intrusão das frentes colonizadoras na região norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina. A partir da década de 1940, com a venda das terras habitadas pelos Kaingang através da Colonizadora Luce, Rosa & CIA LTDA para Giocondo e Severino Trentin, os grupos que habitavam o Toldo viram-se pressionados a deixar o local.

Os grupos que habitavam o Chimbangue se organizaram para efetivar seu direito pela terra ao longo do século XX ganhando apoio, na década de 1970, de diversos agentes sociais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Igreja Católica através do Bispo Dom José Gomes. Durante a resistência dos grupos Kaingang, houve confrontos com a população não indígena, em torno principalmente da questão da indenização pela terra dos agricultores, com violência praticada por ambos os lados neste conflito.

O atual território da TI Toldo Chimbangue compreende cerca de 1.963 hectares, sendo habitado por cerca de 553 pessoas (Funai, 2016) de sua maioria Kaingang e algumas famílias Guarani que aguardam a demarcação da TI Araçá pelo governo federal.



Manchete do Diário da Manhã de 30/08/1984 noticiando as tensões entre agricultores e indígenas em Sede Trentin. Acervo CEOM

Que tal pesquisar com a turma como funciona o processo de demarcação de uma TI.

Aproveite também e investigue os conceitos de “aldeamento” e “toldo”



OS KAINGANG



Reserva Indígena Aldeia Kondá

O grupo Kaingang que hoje vive na Aldeia Kondá morava em barracos improvisados nos bairros Palmital e São Pedro durante a década de 1980 na cidade de Chapecó/SC. Seu território original se localiza no atual centro urbano de Chapecó/SC. O processo de reconhecimento do direito à terra ocorreu ao longo da década de 1990 devido à luta dos grupos Kaingang contra as péssimas condições em que estavam submetidos, assim como ao crescente preconceito e estigma construídos na sociedade chapecoense.

A criação da Reserva Indígena Aldeia Kondá ocorreu devido à impossibilidade de desocupação do espaço urbano de Chapecó, além da resistência de alguns grupos não indígenas. A escolha do local atual foi através de negociações entre as partes envolvidas, com a escolha, em 2001, de uma área de 2,3 mil hectares na zona rural de Chapecó/SC, localizada nas linhas de Praia Bonita, Gramadinho e Lajeado Veríssimo, cuja homologação ocorreu apenas em 2016. Atualmente vivem 786 pessoas (Funai, 2016) na Aldeia Kondá.

Índio ou Indígena

Segundo Daniel Munduruku, Doutor em educação, o mais adequado é indígena, "índio remonta a preconceitos - por exemplo, a ideia de que o indígena é selvagem e um ser do passado" - além de esconder toda a diversidade dos povos indígenas. Já a palavra "indígena diz muito mais a nosso respeito do que a palavra índio. Indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros", defende Munduruku.

"Aqui não há índios, há indígenas; não há tribos, mas povos; não há uma gente indígena, mas muitas gentes, muitas cores, muitos saberes e sabores."

Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-diz-escritor-indigena-daniel-munduruku.ghtml>

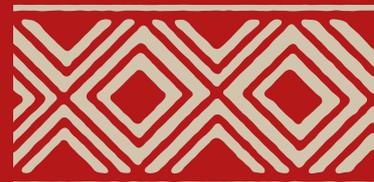


Terra Indígena Toldo Pinhal

O Toldo Pinhal, assim como outras Terras Indígenas, sofreu com a colonização e exploração da madeira. Os grupos Kaingang que viviam nesse espaço, localizado entre os municípios de Seara, Arvoredo e Paial, começaram a se organizar para reivindicar suas terras ao longo da década de 1990. O processo de demarcação gerou discórdia entre os indígenas, agricultores e equipe responsável pela demarcação. A proposta inicial era de 893 hectares, considerando que a área original do Toldo era de 8.890 hectares.

Em 1998, a Terra Indígena do Toldo Pinhal foi homologada com a regularização de 880 hectares, sendo o restante dos 3.965 hectares reconhecidos em 2003 como terras originárias do Toldo Pinhal, totalizando uma área de 4.846 hectares. Na atualidade, o processo de demarcação enfrenta diversos conflitos entre os interessados na área e ainda não se encontra finalizado. Os grupos de Kaingang e agricultores envolvidos na questão aguardam o final do processo, cuja morosidade prolonga suas incertezas quanto ao futuro da ocupação definitiva deste território.

OS GUARANI



Por volta de 1500, quando ocorreu a chegada dos europeus no território que posteriormente seria chamado de América, os grupos Guarani já “formavam um conjunto de povoados com a mesma origem, falavam um mesmo idioma, e haviam desenvolvido um modo de vida que mantinha viva a memória de antigas tradições e se projetavam para o futuro” (Funai, 2021) sua agricultura era produtiva e gerava excedentes.

Os Guarani ocupavam o litoral Sul antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus. Os primeiros contatos na região sul com as populações não indígenas ocorreram através de grupos de bandeirantes e de missões jesuíticas nos séculos XVI, XVII e XVIII. As frentes de colonização promovidas pelo governo nacional iniciam-se no final século XIX, quando começam as ações de confronto com as populações indígenas em lugares distintos.

Em Santa Catarina, os vestígios arqueológicos indicam que os Kaingang e Xokleng ocuparam primeiro o estado, posteriormente, grupos Guarani também se estabelecem na região, significando que não são territórios exclusivos. (Schmitz, 2011). “Sendo assim, não é adequado falar em povos indígenas ‘de’ Santa Catarina, mas em povos indígenas ‘em’ Santa Catarina”. (Bringuenti, 2012 p. 1)

No estado catarinense as áreas ocupadas pelos povos Guarani encontram-se predominantemente localizadas na faixa litorânea do estado. Entretanto, existem áreas de ocupação Guarani no interior do estado, principalmente na região oeste, conforme pode ser observado na imagem abaixo.



Detalhe em amarelo das TIs guaranis no estado catarinense.
Fonte: Clovis Antonio Brighent, 2012. Elaborado por Carina Santos de Almeida.

“

O primeiro dicionário da língua Guarani foi escrito em 1639 pelo padre Antonio Ruiz Montoya e foi publicado em Madrid/Espanha.

”



OS GUARANI



Durante o processo de colonização do território correspondente ao atual estado de Santa Catarina, os Guarani se deslocaram do litoral para o interior do estado, outros estados brasileiros e outros países, como Paraguai e Uruguai, como meio de manterem-se distantes dos colonizadores europeus e preservarem seu modo de viver.



Rio Uruguai, em suas margens encontramos atualmente os vestígios da ocupação histórica Guarani. Foto arquivo pessoal de Franciele Maziero, 2020.

A política de demarcação de terras indígenas, empreendida pelos governos estaduais no início do século XX, tinha como motivação o confinamento dessa população em extensões limitadas de terras a fim de conceder as terras restantes à colonização europeia migrante do Rio Grande do Sul, esse processo de colonização do oeste catarinense teve ao centro as empresas colonizadoras, responsáveis pela divisão e ocupação destas terras.

Assim, ainda que tardia, a demarcação das terras indígenas foi essencial para a preservação da cultura Guarani, de modo a demonstrar não só como os indígenas exploravam o meio ambiente, mas também como se inseriam e se fixavam nesses territórios.

Além disso, a colonização, que dizimou grande parte da população, também dispersou as comunidades indígenas e reduziu de forma bastante significativa o tamanho de seus territórios, atualmente confinado em pequenas áreas de terra, marginalizados e deslocados de seus tekohá.

Até meados da década de 1970 as comunidades indígenas que viviam fora das terras oficialmente demarcadas permaneceram, por assim dizer, “invisíveis” - eram consideradas inexistentes pelos órgãos governamentais. Este cenário começou a mudar tardiamente, a partir da segunda metade dessa década quando tiveram início processos de retomada de terras indígenas e de fortalecimento da autodeterminação destes povos, embora algumas terras ainda estejam em litígio como a TI Araçaí no oeste do estado.

Sobre o modo de viver dos Guarani, Bartomeu Melia aponta:

Os Guarani são povos que se movimentam numa ampla geografia, com migrações eventuais a regiões muito distantes e com frequentes deslocamentos dentro de uma mesma região. Não são propriamente nômades, mas colonos dinâmicos. Os Guarani ocupam terras com características ecológicas bem constantes. São terras mais aptas para seus cultivos de milho, mandioca, batata, feijão e abóboras. Essas terras oferecem um horizonte ecológico muito bem definido cujos limites dificilmente são rompidos. (MELIÀ, 1989, p. 336-37)

A manutenção e o cultivo dos alimentos tradicionais é muito importante para o modo de ser Guarani, todavia, uma das problemáticas em relação ao cultivo é a condição atual das terras indígenas, muitas vezes escassas e limitadas para a agricultura.



A palavra Tekohá é a forma que o povo Guarani se refere a sua terra tradicional. A palavra Teko significa: modo de ser, modo de estar, sistema, hábito, costume. Assim, é no Tekoha que os Guarani realizam seu modo de ser.

OS GUARANI

Terra Indígena Aracaí

Em 1920 deu-se o início a chegada dos imigrantes nas cidades de Saudades e Cunha Porã, ambas localizadas no oeste catarinense a fim de colonizarem a região e para fins de pecuária e principalmente agricultura. Assim, a mão de obra indígena fez-se necessária, sobretudo no que diz respeito à abertura de estradas e derrubada das matas até então desconhecidas pelos imigrantes.

Esse trabalho acarretou diversas mudanças no cotidiano dos indígenas, especialmente no que se refere ao processo de migração destes para outras regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A migração se intensificou na medida em que a agricultura se desenvolvia na região, de modo que possibilitou o desenvolvimento da região ainda que forma bastante prejudicial à presença indígena que ali existia

Após anos de conflitos com os agricultores, proprietários de terras da região e também indígenas Kaingang, os Guarani depois de intensas lutas e reivindicações obtiveram o direito se cultivar sua cultura em terras de ocupação entre os municípios de Saudades e Cunha Porã. Contudo, o processo de demarcação das terras ainda é lento e conflituoso, sobretudo no que tange a ocupação de terras por estes no oeste de Santa Catarina.

No ano de 2015, a 9ª Edição da Primavera dos Museus coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, teve como tema ‘Museus e memórias indígenas’.

Foram realizadas diversas ações e atividades sobre a temática indígena nos museus brasileiros. Confira a arte da 9ª Primavera dos Museus!



Comunidade Indígena Linha Limeira

A comunidade indígena Limeira está localizada na Terra Indígena Xapecó, que fica no pequeno município de Entre Rios, no oeste de Santa Catarina juntamente ao povo Kaingang, na área pertencente à jurisdição desse município. Os primeiros moradores tal como o povo Guarani chegaram na região por meio do processo migratório que se configurava na década de 1920.

Inicialmente o local era denominado de Aldeia Guarani e tinha como objetivo delimitar a diferença em relação à etnia Kaingáng da Terra Indígena Xapecó, sendo esta predominantemente Kaingang, o que acarretava em tensões e conflitos entre os dois grupos ali existentes. Segundo a Doutora em História Cultural Helena Alpini Rosa, “O nome da atual Aldeia de Linha Limeira se deve ao fato de que havia muitos pés de lima” em toda região.

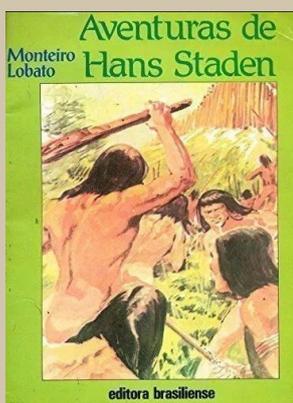
Você sabia que o Museu do Índio vinculado à Fundação Nacional do Índio-Funai disponibiliza no Google Play dicionários de línguas indígenas da plataforma Jaapim, nas línguas Guató, Ye'kwana, Sanõma e Kawahiva? Confira na Play/Apple Store



OS GUARANI

Atividades Educativas

Pesquise e discuta com seus alunos como a temática indígena foi tratada na arte brasileira ao longo do tempo.



Capa do livro "As Aventuras De Hans Staden" de Monteiro Lobato



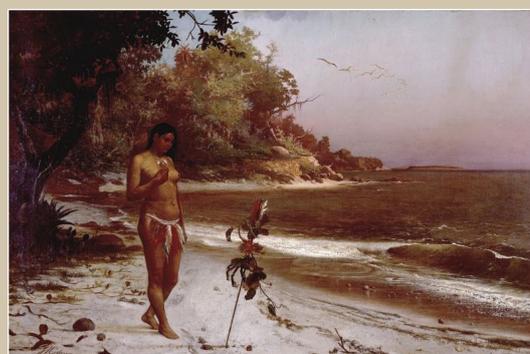
Abaporu, de Tarsila do Amaral, 1928.
Acervo Malba.



Capa do livro "O Guarani" de José de Alencar



Moema, Victor Meirelles, 1866,
acervo Museu de Arte de São Paulo
Assis Chateaubriand - MASP.



Iracema, José Maria de Medeiros,
1881, acervo Museu Nacional de Belas
Artes - MNBA.



"Nada vai nos parar!", obra de Yacunã
Tuxá., Exposição "Véxoa: Nós
Sabemos"

Atividades Educativas

Professor (a) está na hora de aplicar junto aos estudantes um pouco do conhecimento adquirido até aqui em algumas atividades, vamos lá?

Conte, com suas palavras, o que você entende por “ser indígena nos dias de hoje”.

Marque (V) para as afirmações verdadeiras e (F) para as falsas.

- () Um objeto como um cesto não é mera mercadoria, mas sim um objeto que tem função vital.
- () Para os Guarani, o ensino do artesanato é passado de pais para filhos.
- () Os líderes religiosos não são figuras importantes nas terras indígenas.
- () Os povos Guarani podem ser encontrados no interior e no litoral dos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- () As aldeias Guarani podem ser formadas a partir de uma família extensa sem hierarquias definidas.

Assinale os alimentos que compõem a base da alimentação dos guaranis

Milho	Chocolate	Refrigerante	Mandioca
	Batata doce	Biscoito	Feijão
Sorvete	Banana	Abacate	Peixe

Museu Antonio Selistre de Campos

O Museu Antonio Selistre de Campos - MASC, instituição museológica vinculada a Prefeitura de Chapecó está localizado no Prédio Histórico da Prefeitura Municipal, edifício tombado pelo município, inaugurado em 1950 para servir de sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário de Chapecó. O MASC foi o primeiro espaço voltado à preservação do patrimônio cultural indígena de Chapecó e teve como sua primeira sede em 1974, o piso superior do edifício que abrigava a então Prefeitura Municipal, situado em frente à Praça Coronel Bertaso, na área central da cidade.

O acervo foi constituído com as doações de pessoas físicas e de instituições diversas. A primeira, coleção entomológica doada por entomologista Fritz Plaumann que colecionou um acervo de mais 80 mil exemplares da área. A segunda coleção foi doada pelo Juiz de Direito Antonio Selistre de Campos, que interessado pelas causas indígenas, passou a colecionar em sua residência artefatos arqueológicos e etnológicos recebidos da comunidade relativos às populações indígenas locais.



Sede do MASC. Acervo FCC/CHAPECÓ

A organização do acervo e a montagem do Museu, com a etiquetagem das peças, coube ao senhor Welcy Cannals, que no período era responsável pelo setor de imprensa da prefeitura de Chapecó. É somente em 19 de abril de 1978 que o museu foi denominado oficialmente, por meio da Lei nº 198, como Museu Municipal Antonio Selistre de Campos, prestando uma homenagem ao seu principal doador e também ao Dia do Índio, comemorado nesse mesmo dia.

Atualmente o Museu passa por um processo de organização de sua gestão e criação de sua missão, visão e objetivos junto à comunidade. O MASC atua diretamente com foco nos aspectos arqueológicos e etnológicos das populações indígenas regionais



Quer saber mais sobre a história do Museu Antonio Selistre de Campos? Entre em contato com o Museu pelo telefone **3321-8509** ou pelos e-mails mascpesquisa@chapeco.sc.gov.br e masceducativo@chapeco.sc.gov.br e conheça um pouco mais sobre a instituição!

Referências Bibliográficas

AS AVENTURAS DE HANS STADEN, Monteiro Lobato, 1927. Disponível em: <https://www.seboterapia.com.br/aventuras-de-hans-staden-monteiro-lobato>. Acesso em 05 de agosto de 2021

BRIGHENTI, Clovis A. Povos indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia, ROSA, Helena Alpini e BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs). Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012. pp. 37-65.

CARBONERA, Mirian; CECCHIN, Cristiane. Como era antes? O patrimônio arqueológico pré-colonial do Oeste Catarinense. 2 ed. Chapecó/SC: Editora Argos, 2019.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. Cadernos do CEOM, v. 23, p. 265-343, 2006.

DICIONÁRIO INDÍGENA, Museu do Índio. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/divulgacao/noticias/1030-museu-do-indio-lanca-dicionarios-de-linguas-indigenas-para-celular>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

FERNANDES, Ricardo Cid. 1998. Autoridade Política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas (Paraná). Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

FUNAI — FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Política Indigenista, 2016. Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em 20/05/2021

GROTH, Ana Paula. Terra Indígena Guarani Araçáí: Territorialidades e disputas entre agricultores e indígenas nos municípios de Cunha Porã e Saudades- SC. Trabalho de Conclusão de Curso. UFFS, 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012a.

MELIÀ, Bartomeu.. A Experiência Religiosa Guarani. In: _____. O Rosto Índio de Deus. São Paulo: Vozes, 1989.

NACKE, Aneliese [et al.] (Orgs.). Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade. Chapecó/SC: Argos, 2007

ROSA, Helena Alpini. Educação Guarani: as ressignificações históricas e culturais nas relações sociais da aldeia de Linha Limeira, Terra Indígena Xaçecó, SC. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2017

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação indígena do oeste catarinense. In. CARBONERA, Mirian e SCHMITZ, Pedro Inácio. Antes do oeste catarinense. Arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

SIASI/SESAI.(2014).Quadro geral dos povos. 2014. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos> Acesso em 02/07/2021.

STEFANUTO, Míriam. Trabalho calado: os Kaingang do Toldo Chimbangue e as indústrias de carne. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em 22/07/2021.

SCWARCZ, Lília Moritz. Brasil: uma biografia. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Realização:

Museu Antonio
Selistre de
Campos

Secretaria
de Cultura

PREFEITURA DE
CHAPECÓ



ibram
instituto brasileiro de museus

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

